RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento.

PROCESSO: 2024-KH476

MARCELO DE ARAÚJO GOUVEA

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO.

Protocolo 1534908

Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES -

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 14 DE ABRIL DE 2025 A COMISSÃO GESTORA DO PROGRAMA ESTADUAL COMPRA DIRETA DE ALIMENTOS - CGPCDA, prevista nos artigos 6º e 7º do Decreto Estadual 5714-R/2024, resolve:

Art. 1º. Deliberar acerca do impedimento da participação de agentes políticos e servidores públicos como beneficiários fornecedores do Programa Estadual Compra Direta de Alimentos - CDA.

Art. 2º. Para fins desta Resolução, entende-se por:

I - Agentes Políticos: os componentes dos primeiros escalões do Governo (nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Ministério Público; Tribunais de Contas; representantes diplomáticos e demais autoridades que, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, atuam com independência funcional no desempenho das atribuições governamentais, judiciais ou quase judiciais) que, por sua posição, possuem potencial de influenciar ou interferir nas decisões relativas ao Programa CDA, incluídos os cargos eletivos municipais, estaduais e federais, em sua circunscrição territorial de atuação;

II - Servidores Públicos: servidores estatutários, servidores comissionados, os empregados públicos contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, bem como os servidores temporários.

Art. 3º. O Programa Compra Direta de Alimentos preza pela moralidade administrativa em todos os procedimentos inerentes à sua operacionalização, visando assegurar a ética no uso dos recursos públicos, e a confiança da sociedade no Estado e em suas instituições.

Parágrafo Único. O princípio da moralidade exige que o agente público não apenas siga a lei, mas também aja com retidão, observando os valores sociais e evitando qualquer situação que possa comprometer a integridade do processo e do programa.

Art. 4º. A condução das políticas públicas deve prezar pela manutenção da imparcialidade e transparência, evitando que, direta ou indiretamente, servidores se beneficiem dos programas que eles mesmos podem influenciar ou fiscalizar.

Art. 5º. Considerando a necessidade de manutenção da imparcialidade e da transparência na condução das políticas públicas, e visando prevenir conflitos de interesses, fica vedada a participação no Programa CDA como beneficiário fornecedor de alimentos:

I - Servidores Públicos que exerçam cargos de gestão, direção, chefia ou assessoramento, os quais, por sua natureza, possam influenciar ou denotar conflito de interesses com o objetivo do programa;

II - Agentes Políticos, em sua circunscrição territorial de atuação.

Parágrafo Único - Essa vedação é medida preventiva que visa proteger a administração pública de práticas questionáveis, em consonância com os princípios da justiça, da probidade e da integridade na gestão pública.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitória, 14 de abril de 2025.

COMISSÃO GESTORA DO PROGRAMA ESTADUAL COMPRA DIRETA DE ALIMENTOS - CGPCDA

Protocolo 1535164

PORTARIA Nº 036-S, DE 15 DE ABRIL DE 2025. A SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, da Lei nº. 46, de 31 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do artigo 61, § 2º, alínea "b" da Lei Complementar nº. 46, de 31 de janeiro de 1994, **REGIANE PEREIRA DINIZ**, Nº Funcional 5077028, do cargo em comissão de **GESTOR LOCAL DO SISTEMA DE EMPREGO QCE-05**, da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, a contar de 21/03/2025. Vitória, 15 de abril de 2025.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES

Protocolo 1535558

1º CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2023

Processo nº: 2022-C6XB3

Adm. Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

OSC: Instituto de Gestão Social do Terceiro Setor - IGES.

Objeto: autoriza neste ato a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC ajustar a execução do objeto com a substituição, quando for ao caso, do profissional Terapeuta Ocupacional pelo Educador Físico, conforme planos de trabalho, referentes ao Termo de Colaboração nº 001/2023.

Vitória, 14 de abril de 2025

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1534541

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT -

AVISO DE RESULTADO

Edital 01/2025 - Locomoção para Circulação e Intercambio - março

A Secretaria de Estado da Cultura torna público o **Resultado da Seleção** do Edital em epígrafe, conforme processo nº 2025-8G6X3, referente às inscrições no mês de março. A íntegra do Resultado está disponível no site da Secult. www.secult.es.gov.br

Vitória, 15 de abril de 2025.

Maria Thereza Bosi de Magalhães

Subsecretária de Estado de Fomento e Incentivo à Cultura

Protocolo 1534989